



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

### **PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

#### **I – Necessidade da contratação:**

Conforme Justificativa elaborada pela Ouvidoria da Mulher (doc. 13), acolhida pela Diretoria-Geral (doc. 18), a contratação visa oferecer um ambiente acolhedor para atendimento de mulheres vítimas de violência, tendo em vista a necessidade de compor um local que transmita sensação de apoio, terapia, escuta ativa e atenuação da dor.

Destaca-se que a Ouvidoria da Mulher tem um papel crucial na mediação e solução de questões de grande sensibilidade e relevância social. O ambiente físico onde esses atendimentos ocorrem deve refletir a seriedade e a empatia necessária para lidar com os casos que ali chegam. Móveis adequados e confortáveis são essenciais para garantir conforto, bem-estar, profissionalismo, respeito e eficiência operacional.

No tocante ao interesse público, a aquisição fomenta a inclusão e a igualdade, que são pilares da administração pública; melhora a qualidade do serviço público, ao investir em um ambiente que facilita a comunicação e resolução de conflitos; e assegura a saúde e segurança no ambiente de Trabalho.

#### **II – Alinhamento ao Plano Estratégico e Previsão da contratação no Plano de Contratações Anual:**

Este Processo Administrativo está alinhado com o Planejamento Estratégico, nos termos da Resolução Administrativa 66/2021, com o objetivo Estratégico “Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira: Atender aos princípios constitucionais da administração pública, por meio de mecanismos efetivos de levantamento das necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal, voltados ao aprimoramento da prestação jurisdicional e à redução dos custos operacionais”, alinhado à seguinte orientação estratégica: tratamento das demandas de priorização.

Esta contratação está alinhada com o Plano de Logística Sustentável,



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

### **PODER JUDICIÁRIO**

#### **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

especificamente os itens do plano de ação: 14.1 - Manter a aplicação das diretrizes do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho nas aquisições e contratações; e 14.2 - Submeter à análise e acompanhamento da unidade de sustentabilidade os Estudos Preliminares para averiguação quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade.

A contratação está prevista no plano anual de contratações de 2025.

As despesas inerentes à presente contratação correrão à conta do orçamento do CONTRATANTE, no Programa de Trabalho 02.122.0033.4256.0054 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho), conforme o seguinte detalhamento: classificação funcional programática 003342560054 e categoria econômica da despesa nº 4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente – Mobiliário em Geral).

Os Gestores da Fiscalização indicados são: Maria de Lourdes Martins Freitas (Gestor) e Rithielly Martins Da Fonseca (Fiscal)

#### **III – Requisitos da Contratação:**

As especificações dos itens e as condições de entrega e recebimento constantes do Termo de Referência observarão as diretrizes estabelecidas pela Ouvidoria da Mulher do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

Em relação à adequação e eficiência dos critérios de julgamento e modo de disputa escolhido para fins de seleção da proposta mais vantajosa, esclarecemos que será realizado na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, com o objetivo de adquirir bens sustentáveis, observada a disponibilidade no mercado, considerando os requisitos de qualidade constantes nas especificações. Dessa forma, visamos adquirir itens com a qualidade necessária, observando a maior competitividade possível, pelo menor custo.

Quanto aos critérios de habilitação que constarão no Termo de Referência, haverá a habilitação jurídica que será de acordo com o enquadramento



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

### **PODER JUDICIÁRIO**

#### **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

empresarial: Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz; e Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Ainda no que se refere aos critérios de habilitação, haverá a habilitação fiscal, social e trabalhista: prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional; prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); prova de inexistência de débitos



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

### **PODER JUDICIÁRIO**

#### **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943; prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. Por outro lado, caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei. Por fim, o fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

No tocante aos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira, para que a licitante possa demonstrar a aptidão econômica e técnica para o cumprimento das obrigações contratuais, não serão exigidos índices que demonstrem a capacidade da empresa e o balanço patrimonial, para consultar a situação contábil e financeira da empresa. Isso porque há a decisão da Diretoria-Geral constante do Proad nº 18.716/2023 (doc. 58), em que consignado a análise do art. 3º do Decreto nº 8.538/2015 (regulamenta os arts. 42 a 45 e arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006), sugere-se a exclusão das exigências quanto aos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) para comprovação da qualificação econômico-financeira, com o objetivo de atingir a adequação do procedimento às disposições contidas no artigo do decreto supramencionado. Nesse sentido, constará a exigência de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), no concernente à habilitação econômico-financeira (art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133), de acordo com o TCU: "É possível a participação em licitações de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente,



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

### **PODER JUDICIÁRIO**

#### **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório” (TCU, Acórdão nº 1.201/2020 - Plenário)

Em relação aos requisitos técnicos, será exigida comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Para fins da comprovação de fornecimento de bens similares, os atestados deverão dizer respeito ao fornecimento de produtos similares, sem qualquer quantitativo mínimo. O fornecedor cujos dados cadastrais no SICAF incluam o fornecimento de produto compatível com o objeto licitado terá sua capacidade técnica presumida e ficará, a critério do Pregoeiro, dispensada da apresentação do atestado de capacidade técnica

Em relação às cooperativas, propomos a inclusão de participação, tendo em vista decisão da Primeira Câmara do TCU (Acórdão 2463/2019), propondo a revisão da Súmula 281 do TCU, com a edição das Leis 12.349/2010 e 12.690/2012, teria sido inaugurado um novo regramento jurídico acerca das cooperativas, competindo ao órgão licitante analisar com cautela as características do objeto que pretende contratar, especialmente quanto às diversas obrigações dos trabalhadores que executarão os serviços, para verificar se, no caso concreto, as tarefas seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração, nos termos do artigo 10, I, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017. Dessa forma, a possibilidade de não participação de cooperativas se resume às licitações para contratação de serviços terceirizados, o que não é o caso.

Não será permitida a participação de consórcios, pois, a participação de empresas em consórcios não representa, por si só, garantia de ampliação de competitividade, ao contrário, pode acarretar, em muitos casos, efeitos danosos à concorrência, na medida em que as empresas associadas deixariam



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO

#### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

de competir entre si. Além disso, durante pesquisa de mercado, não se encontrou nenhuma evidência concreta de que o valor da aquisição supere as possibilidades de fornecimento das empresas atuantes regularmente no mercado. Dessa forma, a participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.

Na hipótese das OSCIP a vedação da participação decorre diretamente do disposto no Acórdão TCU nº 746/2014 – Plenário, nos seguintes termos “1. Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, atuando nessa condição, é vedado participar de certames da Administração Pública Federal, porquanto tal agir implica ofensa à Lei n. 9.790/1999, que dispõe ser o Termo de Parceria o meio adequado de relacionamento entre elas e o Poder Público. 2. A participação de OSCIP em torneios licitatórios da Administração Pública consubstancia quebra do princípio da isonomia, eis que tais entidades possuem benesses fiscais, a elas concedidas para atuarem mediante o estabelecimento de Termo de Parceria”.

No tocante à indicação de marcas e modelos, esclarecemos que a inclusão visa apenas apresentar uma referência, com o objetivo de que a descrição do objeto a ser licitado possa ser melhor compreendido, conforme art. 41, inciso I, alínea “d” da Lei 14.133/2021.

#### **Sustentabilidade:**

Em atendimento ao disposto na Resolução CSJT nº 310/2021, que aprovou o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, **bem como a previsão da Lei 14.133/2021**, serão observados os seguintes critérios de sustentabilidade:

- A CONTRATADA deve empregar, se for o caso, um número de jovens aprendizes equivalentes a cinco por cento (5%), no mínimo, e quinze por cento (15%), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o Art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943);
- Em atendimento ao inciso III, art. 51 da Lei Complementar 123/2006,



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

### **PODER JUDICIÁRIO**

#### **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

ficam dispensadas as empresas de pequeno e microempresas de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem.

- A CONTRATADA deverá cumprir, se for o caso, o quantitativo mínimo previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência;
- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;
- Não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.
- A comprovação dos critérios de sustentabilidade definidos nos subitens anteriores poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por declaração da CONTRATADA.

Em relação aos demais critérios de sustentabilidade, fazemos as seguintes ponderações:

- Para o item 1 (sofá-cama 3 lugares), não incluímos a exigência de que a espuma flexível de poliuretano deva atender aos critérios das normas da ABNT; tendo em vista decisão da Diretoria Geral nos autos 22549/2023 (cópia juntada este processo), em que delibera, em suma, que a inclusão necessita de fundamentação por laudo técnico da unidade competente, com justificativas da razão da inserção da condição restritiva, considerando, motivadamente, critérios de razoabilidade e proporcionalidade, para acolhimento pela autoridade competente, em



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

### **PODER JUDICIÁRIO**

#### **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

respeito aos princípios da impessoalidade, a isonomia e a ampla competição, nos termos do acórdão do TCU 2.129/2021 – Plenário do TCU. Dessa forma, não vislumbramos justificativa para inclusão desta previsão restritiva de competitividade, impossibilitando a elaboração de laudo técnico por esta unidade para tal fim. Outrossim, a previsão também está prejudicada em virtude do modelo de referência apontado pelo setor demandante tem previsão de atender tal exigência, de acordo com as especificações do produto, o que possivelmente culminaria no fracasso da aquisição.

- No tocante à isenção de CFC ne espuma do item 1 (sofá de três lugares), não localizamos sofá com as especificações almejadas que atendam tal previsão. Além disso, o modelo de referência apontado pelo setor demandante não tem previsão de atendimento de tal exigência, de acordo com as especificações do produto, o que possivelmente culminaria no fracasso da aquisição.
- Não incluímos que o mobiliário fabricado com madeira ou seus derivados (itens 2, 3, 7, 8 e 9) deva observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável (FSC), tendo em vista que os modelos de indicados pelo setor demandante não atendem tal previsão, de acordo com as especificações do produto. Insta ressaltar a peculiaridade dos móveis demandados pela Ouvidoria, cuja justificativa, acatada pela Diretoria Geral, tem embasamento, em suma, no caráter acolhedor do ambiente. Dessa forma, como se trata de uma aquisição de itens específicos, a inclusão de critérios sustentáveis que os modelos de referência apontados não possuem, certamente levará ao fracasso da licitação.
- Não incluímos a previsão de que os vasos para plantas (itens 17 e 18) sejam confeccionados com plástico reciclado (art. 5º do Decreto nº 7.746/2012), tendo em vista que os modelos de indicados pelo setor demandante não atendem tal previsão, de acordo com as especificações do produto. Assim como os itens anteriores, a peculiaridade dos móveis demandados pela Ouvidoria, cuja justificativa, acatada pela Diretoria





## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)**

### **PODER JUDICIÁRIO**

#### **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Geral, tem embasamento, em suma, no caráter acolhedor do ambiente. Dessa forma, como se trata de uma aquisição de itens específicos, a inclusão de critérios sustentáveis que os modelos de referência apontados não possuem, certamente levará ao fracasso da licitação.

#### **IV – Estimativas das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte:**

A demanda foi estabelecida pela Unidade Demandante (Ouvidoria da Mulher), acolhida pela Diretoria-Geral, com determinação de prosseguimento para aquisição ordinária dos itens, conforme docs. 01/02, 03, 13/14, 16 e 17.

#### **V – Levantamento de mercado e justificativas da escolha do tipo de solução a contratar:**

Com a necessidade da aquisição, considerando o quantitativo demandado, o valor a ser executado durante o exercício com mobiliário, faz-se necessária a contratação mediante Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico.

Foi realizada pesquisa de mercado para verificar quais requisitos de sustentabilidade poderiam ser incluídos no Termo de Referência.

Em pesquisa de aquisições de outros órgãos públicos, por intermédio da ferramenta ETP Digital do portal de compras do governo federal, não localizamos outra forma de atendimento da demanda; diferente da solução aqui elencada (Aquisição)

#### **VI – Estimativas do valor da contratação:**



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

A estimativa da despesa é de R\$ 16.378,81 (dezesesseis mil, trezentos e setenta e oito reais e oitenta e um centavos) conforme valores da obtidos na pesquisa de preços, sendo:


ITEM	QTD	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNIT.  R\$	PREÇO MÁXIMO TOTAL  R\$
1.	1	Unid.	<p><b>Sofá 3 lugares-cama 3 lugares, com duas almofadas</b></p> <p>Estrutura em madeira.</p> <p>Espuma com densidade mínima: Assento D26, Encosto D23</p> <p>Dimensões mínimas aberto: Largura 210 cm; Profundidade 115 cm</p> <p>Dimensões Mínimas fechado: Largura 210 cm; Profundidade 85 cm</p> <p>Tecido tipo veludo, Cor Malaquita/Preto ou tonalidade próxima</p> <p>Semelhante à Imagem abaixo.</p> <div></div>	6.372,45	6.372,45



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

			Marca/Modelo de Referência: Sofá-Cama 3 Lugares Marad Marca/modelo _____ Procedência _____ (nacional / importado).		
2.	2	Unid.	<b>Mesa Lateral Redonda</b> Diâmetro mínimo: 35 cm Altura mínima: 45 cm Estrutura em metal. Cor: Preto Tampo em madeira. Cor: Nozes ou tonalidade próxima Capacidade Máxima Suportável: 10 kg (admite-se variação de 1 kg) Semelhante à Imagem abaixo.  Marca/Modelo de Referência: Mesa Lateral Redonda 38 cm Honey Marca/modelo _____ Procedência _____ (nacional / importado).	399,15	798,30
3.	2	Unid.	<b>Mesa de Centro Triangular</b> Cantos arredondados. Estrutura em 3 pés de madeira Maciça. Cor preto Tampo em MDF. Cor: Nozes ou tonalidade próxima	1.152,86	2.305,72



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO


			<p>Dimensões Mínimas: Largura 80 cm; Profundidade 55 cm; Altura 30 cm.</p> <p>Semelhante à Imagem abaixo.</p>  <p>Marca/Modelo de Referência: Mesa De Centro 84 cm X 60 cm Cinamo</p> <p>Marca/modelo _____</p> <p>Procedência _____ (nacional / importado).</p>		
4.	1	Unid.	<p><b>Tapete retangular 2m x 2,5m</b></p> <p>Dimensões: 2m x 2,5m (admite-se variação de 10cm)</p> <p>Cor: Camelo/Bege ou tonalidade próxima</p> <p>Superfície em fios, aveludado.</p> <p>Semelhante à Imagem abaixo.</p> 	1.256,52	1.256,52



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO


			Marca/Modelo de Referência: Tapete 2 m X 2,50 m Offcuts Marca/modelo _____ Procedência _____ (nacional / importado).		
5.	1	Unid.	<b>Tapete retangular 1,5m x 2m</b> Dimensões 1,5m x 2m (admite-se variação de 10 cm) Tonalidade Bege ou tonalidade próxima  Fibra Sintética Semelhante à Imagem abaixo.    Marca/Modelo de Referência: Tapete Listrado Búzios Retangular Fibra Sintética Bege Interno 1,5x2m J Serrano Marca/modelo _____ Procedência _____ (nacional / importado).	501,68	501,68
6.	1	Unid.	<b>Espelho Decorativo Oval</b> Dimensões: 85cm x 50cm (admite-se variação de 5 cm) Com moldura em metal Com gancho para fixação na parede	477,32	477,32



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO


			<p>Semelhante à Imagem abaixo (foto meramente ilustrativa)</p> <p>Zoom</p>  <p>Marca/Modelo de Referência: Espelho Oval 85x50cm Com Moldura Dali Inspire</p> <p>Marca/modelo _____</p> <p>Procedência _____ (nacional / importado).</p>		
GRUPO 1					
7.	1	Unid.	<p><b>Quadro 40 cm x 60 cm – imagem 1</b></p> <p>Quadro Mulher com mãos, <b>com a imagem abaixo.</b></p> <p>Dimensões: 40 cm x 60 cm (admite-se variação de 1 cm).</p> <p>Com moldura de madeira Pinus. Cor da Moldura: preto</p> <p>Com vidro.</p> <p>Presilha tipo jacaré</p> <p>Impressão em Fine Art 270gm² de Alta Resolução</p>	437,06	437,06



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO



			 <p>Marca/Modelo de Referência: Quadro Mulher com Mãos Preto com Vidro 40x60cm da marca "Arte Própria"</p> <p>Marca/modelo _____</p> <p>Procedência _____ (nacional / importado).</p>		
8.	1	Unid.	<p><b>Quadro 40 cm x 60 cm – imagem 2</b></p> <p>Quadro Mulher com mãos, <b>com a imagem abaixo.</b></p> <p>Dimensões: 40 cm x 60 cm (admite-se variação de 1 cm).</p> <p>Com moldura de madeira Pinus. Cor da Moldura: preto</p> <p>Com vidro.</p> <p>Presilha tipo jacaré</p> <p>Impressão em Fine Art 270gm² de Alta Resolução</p>	<b>449,68</b>	<b>449,68</b>



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

			 <p>Marca/Modelo de Referência: Quadro Mulher com Mãos Preto com Vidro 40x60cm da marca "Arte Própria"</p> <p>Marca/modelo _____</p> <p>Procedência _____ (nacional / importado).</p>		
9.	1	Unid.	<p><b>Quadro 100 cm x 70 cm</b></p> <p>Quadro Gold Eyes, <b>com a imagem abaixo.</b></p> <p>Dimensões: 100 cm x 70 cm (admite-se variação de 1 cm)</p> <p>Com moldura de madeira Pinus. Cor da Moldura: preto</p> <p>Com vidro.</p> <p>Presilha tipo jacaré</p> <p>Impressão em Fine Art 270gm² de Alta Resolução</p> 	<b>1.039,31</b>	<b>1.039,31</b>






## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

			Marca/Modelo de Referência: Quadro Gold Eyes Preto com Vidro 100 cm x 70 cm da marca "Arte Própria"  Marca/modelo _____  Procedência _____ (nacional / importado).		
TOTAL GRUPO 1				1.926,05	
ITEM	QTD	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNIT.  R\$	PREÇO MÁXIMO TOTAL  R\$
10.	1	Unid.	<b>Decoração escultura mulher meditando,</b> Na cor branca, conforme imagem abaixo Dimensões: Altura 12 cm; Largura 8 cm; Profundidade 4 cm (admite-se variação de 1 cm) Material: Cerâmica    Marca/Modelo de Referência: Decoração Sala Enfeite Escultura Mulher Meditando, da marca "Dünne It"  Marca/modelo _____  Procedência _____ (nacional / importado).	61,49	61,49




## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

11.	2	Conjunto	<p><b>Decoração para Sala: Vaso Arabesco + Castiçal + Mulher Meditando</b></p> <p><b>Conforme imagem abaixo, composto por:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• vaso cachepot de vidro preto redondo floral arabesco geométrico;</li><li>• castiçal suporte porta-velas de vidro trabalhado em relevo transparente preto fumê;</li><li>• enfeite escultura em cerâmica mulher meditando na cor preta</li><li>• Planta artificial que acompanha o vaso</li></ul> <p>Dimensões: altura do vaso com a planta 14cm dimensões do vaso: altura 6,5cm x diâmetro da boca 5,5cm dimensões do enfeite: altura 12cm x largura 8,3cm x profundidade 4cm dimensões do castiçal: altura 4,1cm x largura 7,5cm x diâmetro da boca 6cm. (admite-se variação de 2 cm).</p>  <p>Marca/Modelo de Referência: Decoração Sala Vaso Arabesco + Castiçal + Mulher Meditando da marca "Dünne It"</p> <p>Marca/modelo _____</p> <p>Procedência _____ (nacional / importado).</p>	86,79	173,58
-----	---	----------	---	-------	--------



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

12.	1	Kit	<p><b>Kit 2 arranjos de orquídea e peperômia no vaso bronze, conforme imagem abaixo.</b></p> <p>Medidas arranjo de orquídea artificial altura: 40 cm diâmetro; diâmetro do vaso: 14 cm. (admite-se variação de 2 cm)</p> <p>Medidas arranjo de folhagem artificial altura: 22 cm; diâmetro do vaso: 14 cm (admite-se variação de 2 cm)</p> <p>Folhagens artificiais;</p> <p>Material vaso: vidro</p>  <p><b>ATENÇÃO: Os livros não compõem o kit, apenas para ilustrar o uso.</b></p> <p>Marca/Modelo de Referência: Kit 2 Arranjos De Orquídea E Peperômia No Vaso Bronze, marca "Formosinha"</p> <p>Marca/modelo _____</p> <p>Procedência _____ (nacional / importado).</p>	373,30	373,30
13.	1	Unid.	<b>Arranjo de centro de mesa</b>	206,25	206,25



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO


			<p>Com Planta artificial, folhas estrela, cor verde, conforme imagem abaixo.</p> <p>Altura arranjo: 22cm, Largura: 20 cm (admite-se variação de 2 cm).</p>  <p>Marca/Modelo de Referência: Arranjo Centro De Mesa Florzinha Verde Artificial Vaso Branco Completo, marca "Decoreshop"</p> <p>Marca/modelo _____</p> <p>Procedência _____ (nacional / importado).</p>		
14.	1	Unid.	<p><b>Arranjo Hortênsia Artificial</b></p> <p>Com planta artificial, hortênsia, vaso na cor prata, conforme imagem abaixo.</p> <p>Dimensões: Altura 27 cm; diâmetro do vaso 25cm (admite-se variação de 2 cm).</p> 	352,32	352,32



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO



			Marca/Modelo de Referência: Arranjo De Flor Hortênsia Artificial Rosa No Vaso Prateado Decorativo, marca "Formosinha"  Marca/modelo _____  Procedência _____ (nacional / importado).		
<b>GRUPO 2</b>					
15.	2	Unid.	<b>Planta Artificial - bambu</b>  Planta Árvore artificial de bambu, com pote, similar à imagem abaixo  Dimensões: Altura: 1,20m; largura 20cm (admite-se variação de 5 cm)    Marca/Modelo de Referência: Planta Árvore Artificial Bambu Real Toque C/pote X1050 Verde 1,20m, da marca "Florescer Decor"  Marca/modelo _____  Procedência _____ (nacional / importado).	<b>347,49</b>	<b>694,98</b>
16.	1	Unid.	<b>Planta Artificial – Palmeira</b>  Planta árvore artificial Palmeira, similar à imagem abaixo.  Dimensões: Altura 1,10m; largura 90 (admite-se variação de 5 cm).	<b>471,63</b>	<b>471,63</b>



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO


			 <p>Marca/Modelo de Referência: Planta Artificial Árvore Palmeira Areca 1,10m, marca "Florescer Decor"</p> <p>Marca/modelo _____</p> <p>Procedência _____ (nacional / importado).</p>		
17.	2	Unid.	<p><b>Vaso para planta</b></p> <p>Vaso para planta, de plástico, cor Areia, similar à imagem abaixo.</p> <p>Dimensões: Altura 65 cm; Largura 40 cm (admite-se variação de 6 cm).</p>  <p>Marca/Modelo de Referência: Vaso para Planta 65x40 Oval Moderno Polietileno - Areia 001, marca "Bgplasticos"</p> <p>Marca/modelo _____</p> <p>Procedência _____ (nacional / importado).</p>	135,74	271,48



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

18.	1	Unid.	<b>Vaso para planta</b> Vaso para planta, de plástico, cor Preto, similar à imagem abaixo.   Dimensões: Altura 65 cm; Largura 40 cm (admite-se variação de 6 cm). Marca/Modelo de Referência: Vaso para Planta 65x40 Oval Moderno Polietileno – Preto 002, marca "Bgplasticos"	135,74	135,74
<b>TOTAL GRUPO 2</b>				<b>1.573,83</b>	

#### VII – Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência:

O objeto da presente operação consiste na aquisição de mobiliário para a Ouvidoria da Mulher, conforme as especificações e condições do Termo de Referência (TR) e seus anexos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Pelas características do objeto do certame, não há necessidade de manutenção e assistência. Constará no Termo de Referência um item referente à garantia dos materiais que será redigida no mesmo modelo das últimas contratações



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

deste Tribunal para móveis.

#### **VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação:**

Sugerimos o agrupamento dos quadros, com o objetivo de otimizar recursos financeiros, garantir uniformidade e qualidade estética, além de proporcionar um ambiente acolhedor e harmonioso. Esses quadros não apenas decorarão o espaço, mas também servirão como elementos que simbolizam acolhimento e respeito. Ao agrupar a compra, garante-se que todos os quadros sigam um padrão de qualidade e estilo, criando uma identidade visual coesa e profissional para a Ouvidoria da Mulher.

Outrossim, sugerimos o agrupamento das plantas artificiais e dos vasos em que serão colocadas, pois, caso fossem divididos em itens e a aquisição de algum fracassasse, impossibilitaria a utilização dos materiais. Além disso, trata-se do mesmo segmento de mercado.

Tendo em vista a característica dos demais itens que compõem esta contratação, observando que os potenciais fornecedores poderão ser diferentes, consignamos que a disputa individualizada ampliará a competitividade e aumentará a chances de sucesso na aquisição.

#### **IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:**

Trata-se de contratação visando adquirir o material necessário para o funcionamento da Ouvidoria da Mulher deste Tribunal

O quantitativo foi estimado com base na demanda acolhida pela Diretoria Geral, conforme documentos juntados aos autos.

A especificação dos objetos a serem adquiridos foi realizada tendo por princípio a busca da melhor solução mantendo o equilíbrio do binômio preço-qualidade, visando o atendimento das necessidades e maior economia para a





## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Administração Pública, promovendo, assim, o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis

O julgamento deverá ocorrer segundo critério de menor preço, desde que sob a estrita obediência dos requisitos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

#### **X - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato:**

Não há necessidade de adequação do ambiente da organização, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, conforme art. 18, § 1º, inciso X da Lei 14.133/2021.

Em consonância com o art. 10 da Portaria TRT/GP/DG nº 140/2024 c/c art. 17 da RA nº 74/2023, a execução do objeto do pedido não demanda intervenção de área técnica específica distinta da unidade demandante.

#### **XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes:**

Processo de Instalação da Ouvidoria da Mulher, PROAD 757/2024, que deu origem à Resolução Administrativa 37/2024

#### **XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:**

Consta no item III deste ETP, os critérios de sustentabilidade que serão aplicados no certame e suas justificativas.

#### **XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade:**



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei nº 14.133/2021, Art. 18, §§ 1º e 2º)

### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

O presente estudo preliminar evidencia a viabilidade da Contratação, uma vez que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos com a mitigação dos riscos e observância dos princípios da economicidade, eficácia e eficiência.

#### EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Nome: João Marcio H. Talarico

Telefone: 3316-1843

E-mail: [material@trt24.jus.br](mailto:material@trt24.jus.br)

Nome: Mateus Cominetti

Telefone: 3316-1891

E-mail:

[socioambiental@trt24.jus.br](mailto:socioambiental@trt24.jus.br)

Nome: Derik Novaes Cardoso

Telefone: 3316-1847

E-mail:  
[compras@trt24.jus.br](mailto:compras@trt24.jus.br)

Nome: Maria de Lourdes  
Margins Freitas

Telefone: 3316-1784

e-mail:  
[ouvidoria@trt24.jus.br](mailto:ouvidoria@trt24.jus.br)